



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

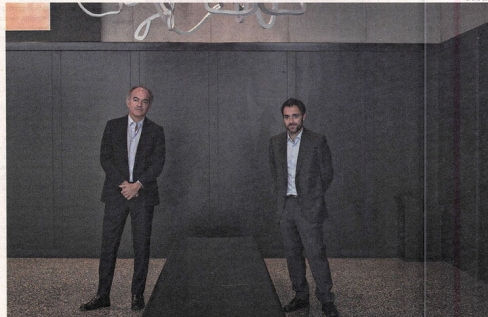
# “Contexto é favorável para um crescimento expressivo de M&A”

DIAGO PERESTRELO E ANDRÉ FIGUEIREDO SÓCIOS DA PLMJ

## “Contexto é favorável para um crescimento expressivo de M&A”

Apesar da pandemia, a assessoria jurídica aos grandes negócios está de saúde e conta com um contexto favorável, diz Diogo Perestrelo, sócio da PLMJ e especialista na área das fusões e aquisições.

JOÃO MALTEZ  
jmaltez@negocios.pt



Diogo Perestrelo (à esquerda) é sócio coordenador da área de Corporate M&A, e André Figueiredo é sócio coordenador da área de Bancário e Financeiro.

**A**s grandes transações não pararam mesmo em anos de pandemia. Diogo Perestrelo, sócio e coordenador da área de fusões e aquisições da PLMJ, e André Figueiredo, especialista em bancário e financeiro e também sócio da mesma firma, explicam ao Negócios qual foi o comportamento do mercado em 2020 e asseguram que as operações de maior flego estão de volta. “O con-

texto atual é extremamente favorável a um crescimento expressivo de M&A [do inglês mergers and acquisitions ou fusões e aquisições]”, frisa Diogo Perestrelo.

O setor das fusões e aquisições “bateu no fundo” em 2020? Diogo Perestrelo (DP) - “Se é verdade que a nível global a pandemia afetou a atividade de fusões e aquisições em 2020, com uma queda como já não se via desde os

anos da crise financeira, em Portugal a queda não foi tão acentuada. De que números falamos relativamente a Portugal?”

DP - “O volume de transações bateu cerca de 20%, mas o valor agregado até acabou por subir, cerca de 5%, relativamente a 2019, que tinha já sido um ano muito bom em Portugal. O quarto trimestre já notou uma forte recuperação tanto a nível global como no nosso país,

“**Na nossa área de M&A, pelas nossas últimas contas, contabilizamos cerca de 14 transações em curso, o que é de facto impressionante para um mês de janeiro.**”



Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

“Contexto é favorável para um crescimento expressivo de M&A”

## Grandes projetos mantêm a banca como financiadora

onde se destaca naturalmente a conclusão da venda da Brisa à APG, por um valor de 2,4 mil milhões, o que é notável num ano de tantas incertezas.

**A expectativa é que este ano o mercado evolua de que forma?**  
 DP - O contexto atual é extremamente favorável a um crescimento expressivo de M&A por várias razões. Desde logo, começando pela muita liquidez que existe no mercado internacional dos grandes e médios fundos de investimento.

**O trabalho que estão a desenvolver atualmente já vos dá esses sinais positivos?**  
 DP - Quando comparamos com há um ano, quando fomos surpreendidos pela pandemia, vemos os investidores a avançarem sem hesitação em operações com uma dimensão bastante robusta. Fechámos três transações entre o fim e início deste ano e janeiro começou muito forte, como não assistíamos há muitos anos.

**Há muito trabalho em curso?**  
 DP - A nossa área de M&A está muito ocupada e pelas nossas últimas contas contabilizamos cerca de 14 transações em curso, o que é de facto impressionante para um mês de janeiro.

**Portugal continua a ser um destino atrativo para os investidores institucionais?**  
 DP - Os fatores críticos de atratividade mantêm-se quando olhamos para os países que competem com Portugal: segurança, clima, preços dos ativos extremamente atrativos e, por isso, potenciais

de retornos mais atrativos para os investidores, capital humano de nível superior e infraestruturas de telecomunicações acima da média.

**Referiu aspetos positivos. E quais são os negativos?**  
 DP - Há décadas que falamos em acalar com os elevados níveis da burocracia em Portugal. É certo que melhorámos, mas quanto a mim ainda não o suficiente. Temos de aproveitar esta aceleração do digital a que a pandemia obrigou para desburocratizar em força.

**A pandemia fez com que determinados investimentos fossem adiados?**  
 André Figueiredo (AF) - Sem dúvida. Quando em março de 2020 se precipitou o primeiro confinamento, foi muito acentuado o abrandamento da atividade económica, tendo sido interrompidas muitas das transações que estavam em preparação.

**Essa realidade foi visível a que níveis?**  
 AF - Foi particularmente visível nas operações de desconsolidação de ativos bancários ‘non-performing’, cujo andamento foi suspenso no primeiro trimestre do ano passado, e que só regressaram já nas últimas semanas do ano. A exceção foram operações - de financiamento, M&A, reestruturações - que estavam já em fases adiantadas.

**Que razões explicam esse comportamento?**  
 AF - Diversas razões, perfeitamente compreensíveis, mas sem dúvida de que a principal se pren-

deu com a grande incerteza que se abateu sobre o valor dos ativos a transacionar; as dúvidas sobre a duração, alcance e impacto do contexto pandémico geraram nos compradores o medo de pagar demasiado, e nos vendedores o medo inverso, o que gerou uma compreensível situação de impasse.

**Houve mudanças?**  
 AF - Curiosamente, neste segundo confinamento o cenário parece, pelo menos até agora, bem distinto, não sendo visíveis sinais de abrandamento.

**Com a pressão sobre a banca devido às moratórias, o financiamento a eventuais investimentos poderá tornar-se mais problemático?**  
 AF - O sinal da Europa e, de resto dos grandes blocos económicos, é para investir. E, no curto prazo, o financiamento não estará especialmente restringido. As moratórias de crédito são uma forma de permitir alívio financeiro às empresas, mas só foram possíveis porque na Zona Euro foram criadas as condições para que pudessem ser concedidas.

**Qual é a situação de Portugal?**  
 AF - Para países como Portugal, o risco é mais elevado. Somos o segundo país, a seguir a Chipre, com mais créditos suspensos - 25% dos créditos optaram pela moratória - quando, na UE, estamos a falar de menos de 10%. A banca portuguesa terá um grande risco em termos de capacidade de continuar a dar crédito à economia a médio e longo prazo. ■

**Em Portugal, há hoje alternativas ao financiamento de grandes transações que não passem pelo setor bancário tradicional?**  
 André Figueiredo (AF) - Entre nós, as grandes transações - de aquisição de empresas, ou desenvolvimento de projetos infraestruturais ou imobiliários - vão continuar a ser ainda financiadas principalmente pelo setor bancário, nacional, mas crescentemente também o internacional. Porém, o fenómeno de diversificação das fontes de financiamento a que se assiste em outros países europeus vai inevitavelmente chegar a Portugal.

**A que players se refere?**  
 AF - Penso, em particular, nos imensos bolsos de liquidez disponíveis em grandes fundos de infraestruturas internacionais, fundos de pensões ou seguradoras, entidades que antecederão financiadores incontestáveis de grandes projetos infraestruturais, designadamente nos setores energético, dos transportes, portuários e da economia digital.

**As chamadas fontes alternativas de financiamento estão suficientemente maduras para ajudar as empresas a fazer face ao atual momento?**  
 AF - As chamadas fontes alternativas de financiamento são uma realidade bem consolidada na generalidade dos países europeus. Mesmo entre nós, elas assumem já um papel relevante em alguns segmentos do mercado de crédito.

**Em que áreas?**  
 AF - Em particular no que respeita ao desenvolvimento imobiliário - entrando nos projetos nas fases mais iniciais, nas quais os bancos não podem ainda tipicamente participar; ou ao chamado ‘rescue finance’, permitindo o financiamento a empresas em situação de dificuldade financeira, a que os bancos não conseguem também já acudir.

**Onde entram aqui os fundos especializados?**  
 AF - Existem fundos especializados preparados para alargar este fenómeno para outras áreas muito importantes da economia, em particular as PME. Deu-se, de resto, um desenvolvimento regulatório relativamente recente que pode contribuir para a dinamização deste mercado de crédito alternativo, que foi a criação dos chamados fundos de crédito, veículos que, ao lado dos bancos, podem conceder crédito dentro de certas condições. Persiste um tempo atraso na clarificação do regime fiscal aplicável a esta figura, situação que será seguramente ultrapassada em breve. ■